

REFORMA AGRÁRIA E TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS: O CASO DO ASSENTAMENTO SANTA JÚLIA, JÚLIO DE CASTILHOS, RS.

AGRARIAN REFORM AND SPATIAL TRANSFORMATIONS: CASE OF THE SETTLEMENT SANTA JULIA, JULIO DE CASTILHOS, RS.

Marilse Beatriz Losekann¹

Carmen Rejane Flores Wizniesky²

RESUMO

O presente trabalho objetiva a caracterização do Assentamento Santa Júlia, localizado no município de Júlio de Castilhos, RS, no que se refere a sua organização social e produtiva, visando analisar suas estratégias produtivas sob o ponto de vista econômico e social e as transformações espaciais ocorridas após a implementação do projeto de assentamento. Tal pesquisa foi realizada a partir de reflexões teóricas e de um caráter metodológico com abordagem qualitativa, com utilização de instrumentos metodológicos aplicados aos assentados e instituições envolvidas. Os resultados obtidos demonstram uma melhora significativa na qualidade de vida das famílias assentadas, embora tenham sido observados limites de ordem técnica no que se refere ao ordenamento de estratégias de produção
Palavras-chave: reforma agrária. Território. MST. assentamentos rurais. impactos sócio-econômicos.

ABSTRACT

The present work to aim to characterize the settlement Santa Julia, located in Julio de Castilhos, RS, with regard to their organization social and production, to aim at to analyze their production strategies in terms of economic and social and the changes territorial occurred after the project of settlement. This search was conducted from theoretical reflections and a methodological character with a qualitative approach, using of methodological tools applied to settlers and institutions involved. The results show a significant improvement in quality of life of the families settled, although technical limitations was observed with regard to the planning of strategies of the production.
Keywords: agrarian reform. territory. MST. rural settlements. socio-economic impacts.

¹ Autora. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria.

² Orientadora. Prof^a. Doutora do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria

AS CONTRADIÇÕES NO ESPAÇO RURAL E A LUTA PELA TERRA

Como consequência da opção produtiva adotada por Portugal, o Brasil, desde o início do processo de ocupação do território, caracterizou-se por apresentar grandes desigualdades sociais, consequência da concentração de terras, riquezas e renda. Estas desigualdades foram agravadas a partir do processo de modernização da agricultura, especialmente após a segunda metade do século XX.

De acordo com Oliveira (1998), a mecanização e os altos níveis de produtividade passaram a favorecer as grandes propriedades rurais em detrimento das pequenas, devido às dificuldades encontradas na inserção de tecnologias adotadas a partir do processo de mecanização da agricultura e dos pacotes tecnológicos da chamada “revolução verde”. O alto nível de produtividade atingido registrados a partir desse processo resulta numa elevação da participação primária o que se dá de forma heterogênea, uma vez que se pode visualizar o esgotamento de pequenas explorações familiares, em parte por serem desprovidas de capital, e, que, portanto ficam à margem do processo de modernização. Por outra parte, se pode dizer que ocorreu a deterioração dos recursos naturais, como consequência deste processo, além da falência e perda da terra, por parte dos agricultores que acumulavam dívidas com os bancos, em nome da modernização.

Assim, o modelo agrícola industrial exigia da agricultura familiar, a disponibilidade de capital, para que pudesse ser produtiva e se situar dentro dos padrões do mercado agrícola capitalista. Este fato foi sem dúvida um grande entrave, à medida que muitos desses agricultores não tiveram sucesso, provocando sua exclusão do processo e levando, em grande medida, ao êxodo rural. A partir dessa realidade, surgem os Movimentos de Luta de Terra, tema que será abordado em outro momento.

Na medida em que os sujeitos do campo passam a lutar para modificar esta realidade, através dos movimentos sociais, os governos trataram de criar políticas mais apaziguadoras do que transformadoras. Neste sentido, cabe analisar as políticas agrárias brasileiras e fundamentalmente a reforma agrária no Brasil.

Segundo Brum (1988, p.26),

política agrária, é um conjunto de medidas de amparo à propriedade e à família/comunidade rural, destinadas a orientar, no interesse da economia e do bem estar - social, as atividades agropecuárias, tanto no sentido do pleno emprego da força de trabalho, quer no de harmonizá-las com o processo de industrialização e desenvolvimento do país.

A reforma agrária é, portanto, uma política agrária que, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA), que é o órgão público federal responsável por realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União, é

o conjunto de medidas que visem promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, do desenvolvimento rural sustentável e ao aumento de produção. (INCRA, 2008)

Para Sampaio (2004, p. 332),

a atual estrutura agrária nos impede de sermos uma nação, já que não é apenas um problema da pequena agricultura, ela é um obstáculo para a conformação, consolidação e complementação da construção de uma nação republicana, democrática, autônoma, independente.

Conforme Medeiros (2003, p. 86), “no Brasil a tendência dos assentamentos representam mudanças nas formas de ocupação do espaço, transformando áreas onde predominavam pastagens, criação extensiva, monoculturas decadentes e em crise”. Assim, a paisagem dessas áreas foi diversificada com a introdução de novos cultivos e criações bem como a produção para mercados locais.

Os assentamentos proporcionaram também o surgimento de novas organizações (associações, cooperativas, núcleos etc). Para Teófilo (2002, p.26, 27)

a conquista, em matéria de cidadania e de desenvolvimento humano, é dupla. De um lado, a população assentada, antes marginalizada, passa a ter acesso às políticas públicas, ganha reconhecimento social e político. Por outro lado, os assentamentos e suas organizações passam, progressivamente, a ser levados em consideração pelos municípios, pelo comércio e pelas forças políticas locais, e passam a exercer um papel ativo na definição das políticas e dos investimentos públicos.

Neste contexto, a qualidade de vida das famílias assentadas melhora significativamente, seja no que se refere ao acesso à saúde, moradia, acesso a crédito e educação. A respeito da educação nota-se um significativo avanço nos assentamentos, pois de acordo com dados do NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural), publicados por Teófilo (2002), em 86% dos projetos de assentamentos há uma escola.

Desta forma, a reforma agrária vem se constituindo em um importante mecanismo de inclusão social, firmada

em um discurso que prima pela construção de uma sociedade mais justa. Embora o Brasil necessite de uma Reforma Agrária mais ampla e que venha a gerar resultados positivos e melhorar a capacidade produtiva das famílias que já foram beneficiadas pelos assentamentos.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA PELA TERRA

As ações dos movimentos sociais na luta pela terra contribuem para que a reforma agrária saia do papel. Desta forma, para Fernandes (1996, p. 241) “a territorialização da luta pela terra é compreendida como o processo de conquistas de frações do território, e o assentamento como território é um trunfo na luta pela terra”.

Segundo Fernandes (1996, p. 53)

Com a expansão do capitalismo no campo e, conseqüentemente, com a sujeição da renda da terra ao capital, a luta pela terra é, antes de mais nada, uma luta contra a essência do capital: a expropriação e a exploração (...) desta forma, a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terras, vai além... vai em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitem a (re)conquista da terra de trabalho – a propriedade familiar.

Para Rogério Haesbaert (2006) o território faz referência tanto ao sentido mais concreto, de dominação, quanto ao de poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Dessa forma,

(...) o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Essas relações variam muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando. (HAESBAERT, 2006, p 121)

Pode-se citar, no caso brasileiro, o surgimento de sindicatos e organizações camponesas, que tiveram grande expressão no final da década de 1950 e início da década 1960, como formas de crítica ao modelo político-econômico dominante. Os movimentos sociais da época tinham duas reivindicações: a primeira era a luta pelos direitos trabalhistas dos assalariados e a segunda era a luta pela Reforma Agrária. Assim em 1963 surge o Estatuto do Trabalhador Rural, e no final deste mesmo ano foi criada a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Ressalta-se, ainda o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), o qual surgiu no estado do Rio Grande do Sul, em 1960, e que foi extinto

pelo regime militar instaurado no Brasil a partir de 1964.

Entre os movimentos de luta pela terra o que mais se destaca é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST que tem como principais objetivos: a terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa. O MST por várias instituições, partidos políticos, instituições religiosas e sindicais que lutam pela reforma agrária. O surgimento e a organização deste movimento estiveram ligados a diversos fatores, dentre os quais merecem destaque os fatores de ordem econômica, sociais e políticos (GÖRGEN e STÉDILE, 1998).

Entre os fatores que determinaram a organização do MST merecem destaque os de ordem econômica, social e política. Pode-se dizer que os fatores de ordem econômica estão à expropriação produtiva que vem acontecendo desde a década de 1970, reflexo da concentração da terra e da modernização da agricultura, tendo como resultado na expulsão de milhares de trabalhadores do campo. Quanto aos fatores de ordem social é importante destacar o estado de pobreza agravados pelo abandono do campo e o desemprego urbano. Entre os fatores políticos destaca-se o empenho da igreja católica e dos sindicatos em apoiar o movimento dos trabalhadores na luta pela terra, assim como o apoio dos partidos políticos de esquerda.

O Brasil vivia um importante momento de luta pela abertura política, pelo fim da ditadura e de mobilizações operárias nas cidades. Fruto desse contexto, em janeiro de 1984, ocorre o primeiro encontro do MST em Cascavel, no Paraná, onde se reafirmou a necessidade da ocupação como uma ferramenta legítima das trabalhadoras e trabalhadores rurais. A partir daí, se começou a pensar em um movimento com preocupação orgânica, com objetivos e linha política definidos.

Este movimento é apoiado por instituições religiosas e sindicais que lutam pela reforma agrária e, segundo Casquete (1998), o MST pode ser considerado um movimento social, pois possui caráter de mudança social, com uma forte organização e o uso prevaemente de formas não convencionais de participação.

Nesta trajetória de mais de 24 anos, o MST desenvolveu várias formas de luta para enfrentar o poder político e econômico das oligarquias rurais e pressionar o governo federal e estadual, com o objetivo de consolidar políticas públicas específicas para a reforma agrária. As ações mais importantes são as que chamam a atenção para que a sociedade reflita sobre a questão agrária, podem ser citadas desde audiências com autoridades dos governos, marchas, obstrução de rodovias, ocupações de latifúndios, até a ocupação de prédios de instituições públicas. Sem embargo, merecem destaque, por seu caráter mais

contundente, os acampamentos permanentes e as ocupações de latifúndios improdutivos os quais, geram maior pressão e, assim, os órgãos competentes passam a desenvolver negociações, gerando acordos que podem levar formação de projetos de assentamentos.

CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL DO ASSENTAMENTO SANTA JÚLIA

A Fazenda Santa Júlia, localizada no município de Júlio de Castilhos, possuía originalmente uma área de 1156 hectares, e no momento da ocupação, pertencia a um empresário português. Antes disso a fazenda pertenceu a um Coronel, que além desta, era proprietário de mais duas fazendas no Rio Grande do Sul, uma em Santana do Livramento e outra em São Luiz Gonzaga. Com a morte do Coronel, cada um dos seus três filhos recebeu como herança uma das fazendas. A fazenda Santa Júlia coube por herança a uma empresária que vivia no Rio de Janeiro e nunca havia estado em Júlio de Castilhos. Assim, conforme os entrevistados, a referida empresária vendeu a fazenda, ao empresário português que pretendia investir no setor agrário brasileiro.

Segundo o ex-capataz da fazenda Santa Júlia, hoje um dos 60 assentados do local, diz que: “A patroa e o português sabendo da distância da capital até aqui, alugaram um avião pra virem até aqui na Santa Júlia, (...) voaram aí por cima uns 10 minutos, acho que acertaram o negócio aí por cima mesmo e foram embora.”

Ele complementa:

Um mês depois apareceu um advogado dizendo que era o tal de procurador do português, veio com uns homens da justiça e não ficaram mais de meia hora, deram uma olhada na sede, fizeram umas perguntas, olharam meus documentos e carteira de trabalho, acertaram meu salário, disseram que eu ia ficar tomando conta daqui e foram embora. Não deixaram nenhuma ordem, mas fiz meu trabalho como sempre.

Após esse momento, a fazenda Santa Júlia ficou ociosa por mais de dois anos, quando o MST, em 1999, a ocupou. Famílias vindas do acampamento do município de Júlia, e de outros acampamentos ao norte do Estado, como Rondinha, Cruz Alta e Passo Fundo, constituíram essa ocupação. Ao saber do acontecido, o proprietário e empresário português, imediatamente fez uma proposta de venda ao governo brasileiro, a qual foi aceita através do INCRA, não ocorrendo litígio pela propriedade através da reintegração de posse.

Assim, em 15 de setembro de 1999, a indenização foi

paga ao proprietário e, na mesma data, houve o sorteio das 59 famílias, que iriam receber seus lotes no Santa Júlia. Um lote foi destinado ao antigo capataz do latifúndio.

Os lotes no assentamento variam em tamanho, sendo que o menor deles é de 18,5 hectares e o maior de 24 hectares, com a média de 19 hectares. Essa diferença de até cinco hectares de um lote para outro, segundo lideranças, deve-se ao motivo que há áreas de mata nativa, que devem ser preservadas. Em função disso, o desmembramento e a demarcação exata dos 60 lotes, o INCRA, levou mais de um ano para realizar, mas, mesmo assim as casas, foram construídas no mesmo ano, contando com recursos do INCRA e do Governo do estado do Rio Grande do Sul.

Ao que se refere à infraestrutura, a água encanada, energia elétrica e a estrada demoraram três anos para que fossem implantadas no assentamento. A energia elétrica, recebida conta com uma rede trifásica, propiciando a utilização de máquinas pesadas e de uma possível agroindústria.

Na sede da antiga fazenda, atualmente, funciona o Centro Comunitário e a Escola Municipal Santa Júlia. A escola foi uma importante conquista do assentamento e oferece desde a pré-escola até a quarta série do ensino fundamental, através do sistema de unicodência. Um professor se desloca diariamente da cidade, que está distante à oito quilômetros, ensina aos 13 alunos em uma mesma sala e, ainda é responsável pela merenda e limpeza. Hoje, a escola enfrenta várias dificuldades, principalmente porque pela pouca participação dos pais dos alunos e da comunidade, o que é de certa forma contraditória, em função do histórico da luta pela manutenção da escola. Após a 4ª série do ensino fundamental os estudantes continuam na Escola Estadual São João de Júlio de Castilhos.

A sede do assentamento além de ceder espaço à escola também desempenha a função de centro comunitário, onde aos finais de semana os moradores do Assentamento Santa Júlia se reúnem para fazer festas, jogar carta, sinuca, entre outros, além da realização de missas. Na figura 2, é possível observar a sede do assentamento.



Figura 2: Imagem da sede do Assentamento Santa Júlia.
 Fonte: Google Earth (2008);
 Org.: Losekann, M. B. 2008.

A origem dos então assentados na antiga Fazenda Santa Julia, é predominantemente de diversos municípios localizados em maior parte no norte do estado. A identidade desses assentados está ligada a agricultura, já que em sua maioria eram pequenos agricultores ou filhos de pequenos agricultores que tiveram que abandonar a atividade produtiva por motivos que vão desde a perda da terra por dívidas, esgotamento dos solos, e perda da terra em função da divisão por herança, ou seja, pouca terra para muitos filhos. Também se observa em menor medida assentados que trabalhavam como assalariados em granjas na região do Planalto Médio.

A medida em que esses sujeitos são desterritorializados, passam a lutar para reconquistar a terra e com ela sua dignidade. Assim a luta pela terra representa a reconquista da dignidade e o vínculo com a terra o que ela representa, dessa forma esses sujeitos s (re)territorializam. Portanto, com base nas afirmações de Haesbaert (2006) os assentados do Assentamento Santa Julia, reconquistaram a terra a medida que lutaram por ela. Fernandes (2000) ressalta que os movimentos socioterritoriais, como o MST realizam a ocupação através do desenvolvimento da espacialização e territorialização da luta pela terra. Esses processos são interativos, de modo que a espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta.

CARACTERIZAÇÃO GERAL E PRODUTIVA DO ASSENTAMENTO

As formas de luta dos “Sem terra” são muito importantes na consolidação de uma identidade que continue aproximando o assentado da continuidade da luta pela terra. A comunidade do Assentamento Santa Julia, teve um período de convivência muito rico, durante o período em que estiveram acampados. O espaço/tempo do acampamento é muito importante para que os sujeitos reflitam sobre como serão desenvolvidas suas práticas produtivas quando estiverem na terra (FERNANDES, 1996). Este momento foi de grande crescimento para os assentados em questão, pois ainda se vêem como o movimento social e demonstram isso em sua forma de trabalho, na relação que têm com a terra, com a comunidade e com outros “sem terra” que acampados continuam lutando pela terra.

As 59 famílias do Assentamento Santa Julia, apesar de serem originárias em maior parte, do norte do estado gaúcho, onde predomina a agricultura familiar, têm buscado se adaptar, apesar das dificuldades, as diferentes realidades ambiental, social e cultural, do município, onde predominam as médias e grandes propriedades e a agricultura está baseada na monocultura de soja e pecuária extensiva.

Com o presente trabalho, foi possível constatar que as

famílias assentadas, reconquistaram a terra e lutam para garantir aos seus filhos a permanência na terra, bem como viver com dignidade, com garantia do autoconsumo e de uma produção diversificada de produtos de qualidade que são comercializados no município de Julio de Castilhos. Houve sem dúvida, uma melhoria significativa da qualidade de vida das famílias do Assentamento Santa Julia, apesar de alguns problemas como infraestrutura nas próprias unidades produtivas, como em nível de políticas públicas, com destaque na assistência técnica e financiamentos.

Nesse sentido, é importante que se diga que o saneamento básico, fundamental para a saúde das famílias assentadas, é considerado satisfatório, a medida em que no ano de 2002 todas as residências receberam água encanada vinda de um poço artesiano localizado no centro comunitário, antiga sede do latifúndio. A rede de esgoto no assentamento é caracterizada fundamentalmente pelas fossas sépticas, já que todas as famílias as possuem em suas explorações. Não há lançamento de esgoto a céu aberto, o que caracteriza certo grau de conscientização com os riscos a saúde.

Outro aspecto a ser destacado é sobre a assistência médica, já que todos assentados afirmaram, quando entrevistados, que recebem mensalmente a visita de uma agente comunitária, também é assentada, que entre suas atribuições ligadas a saúde preventiva, agenda consultas no posto de saúde da cidade de Júlio de Castilhos, o qual reserva algumas “fichas” por semana para os assentados. No caso de atendimento médico mais especializado, os assentados são encaminhados ao Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM).

As famílias assentadas vêm desfrutando de uma melhoria na qualidade de vida, que pode ser observada nas suas residências, a maioria em alvenaria com boas instalações, como apresentada na figura 3 e com uma grande variedade de eletrodomésticos e equipamentos, que proporcionam além do conforto e lazer, também proporcionam maior agilidade para o cumprimento das tarefas domésticas. Entre esses eletrodomésticos merecem destaque, os aparelhos de TV, som, computadores, máquinas de lavar, refrigeradores, ventiladores, entre outros, todos adquiridos no comércio de Júlio de Castilhos. Na figura 4, observa-se família de assentados recebendo geladeira e freezer comprados com o dinheiro da produção do leite.



Figura 3: Casa de alvenaria do Assentamento Santa Júlia
Fonte: Trabalho de campo (2008);
Org.: LOSEKANN, M. B. 2008.



Figura 4: Família recebendo freezer e geladeira
Fonte: Trabalho de campo (2007);
Org.: LOSEKANN, M. B. 2008

Quanto ao aspecto produtivo, é importante ressaltar que a forma de exploração é individual, ou seja, cada família cuida de sua unidade produtiva utilizando basicamente a mão-de-obra da família. São desenvolvidos no assentamento, sistemas produtivos que se constituem em dois segmentos: os produtos de subsistência (milho, feijão, galinhas, porcos e hortaliças) e a produção leiteira ganha cada vez mais importância, pois significa uma renda mensal garantida.

Os alimentos consumidos no assentamento são em sua maioria produzidos nas próprias unidades produtivas, sendo com isso assegurado o autoconsumo, o que ao se comparar com o período que antecedeu ao ingresso no MST, representa uma grande diferença, pois esses sujeitos tinham que comprar toda a alimentação que consumiam e quando não tinham dinheiro chegavam a sofrer com a fome. O entrevistado 5 afirma o que representa ter a garantia de sobreviver com o trabalho na terra

Hoje é um meio de nós sobreviver-mos... se não fosse essa terra nós estaríamos trabalhando como empregado ou talvez na cidade pagando aluguel pra morar. Não tem comparação você trabalhar como empregado e no que é seu. (entrevistado 5).

Foi possível perceber que a maioria dos agricultores assentados cultiva milho (70%), feijão (75%), hortaliças (100%), forragens e aveia (60%), os quais são produzidos para o autoconsumo e para alimentar os animais.

É importante destacar que o milho é cultivado basicamente para servir de alimento para os animais, como as aves e o gado, em especial ao gado de leite. As hortaliças são destinadas quase que exclusivamente ao consumo familiar, não havendo excedentes a serem comercializados. A produção das hortaliças acompanha a sazonalidade sendo plantadas muitas variedades durante o ano tais como: alface, tomate, repolho, beterraba, cebola, alho, moranga, tempero verde, entre outros. Na figura 5 podemos observar a plantação consorciada de mandioca e batata-doce.



Figura 5: Produção consorciada de mandioca e batata-doce
Fonte: pesquisa de campo (2007);
Org.: Losekann, M. B. 2008

O cultivo de forragens e aveia é destinado à alimentação do gado e também para o descanso da terra, visto que dos produtores de gado entrevistados, todos realizam o sistema de pastoreio rotativo. Na figura 6 percebe-se o agricultor levando o gado até o local de pastagem. Para complementar a alimentação do gado na época de pouca pastagem, alguns assentados realizam a silagem, utilizando para isso o milheto.



Figura 6: agricultor conduzindo o gado para a pastagem.
Fonte: pesquisa de campo (2008);
Org.: LOSEKANN, M. B. 2008.

Na produção pecuária destacam-se a criação de gado de leite, gado de corte, suínos e aves. A maior fonte de renda dos agricultores do Assentamento Santa Júlia é a produção de leite, a qual é vendida para a COOTRIJUC, a Cooperativa de Júlio de Castilhos, para a COOPERTERRA de Tupanciretã e, a partir de setembro de 2008 o leite também é vendido para a empresa Elegê Alimentos S.A (marca comercial dos produtos derivados do leite da Empresa Perdigão).

Alguns agricultores, cerca de cinco famílias se organizavam em forma de associação a fim de agilizar a comercialização com as cooperativas, pois assim recebiam mais pelo litro de leite, porém no mês de setembro de 2008 esse grupo foi desfeito, pois os agricultores passaram a comercializar o leite com a empresa Elegê, a qual só negocia diretamente com os produtores. Os assentados afirmaram que preferiram desfazer o grupo porque a Elegê paga mais que as cooperativas. Portanto, mesmo que o preço por litro seja baixo, o leite oferece a possibilidade de uma renda mensal, o que é uma garantia para o pagamento das obrigações financeiras e para a aquisição de produtos e bens de consumo, que há dez anos, ficavam apenas no imaginário, ficava nas conversas em baixo da “lona preta”, e hoje, adquiridos no comércio local.

A produção da soja é também desenvolvida no Assentamento Santa Júlia, porém pela minoria dos assentados, somente quatro dos entrevistados produzem esse grão. Entre as justificativas dadas pelos assentados em não produzir soja, está em primeiro lugar, a relação deste cultivo com as dívidas contraídas no passado por muitos deles ou por seus familiares fato que os (des)territorializou. O endividamento se deve aos altos custos de produção em função dos pacotes tecnológicos, dependência dos mercados e sujeição às instabilidades de tempo. O segundo motivo citado se relaciona a prioridade na diversificação da produção e o terceiro, é a preocupação com a conservação dos recursos naturais e a saúde de seus familiares.

Cabe destacar que houve importantes investimentos por parte dos assentados para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas, que são utilizadas na forma de associativismo, troca de mão de obra, ou aluguel das máquinas, totalizando quinze tratores, cinco plantadeiras e três colheitadeiras, que auxiliam não somente na produção de feijão e milho, bem como na forma de renda pela prestação de serviços a outros agricultores familiares.

A utilização de empréstimos e financiamentos é uma prática recorrente entre os assentados, considerando que 95% dos entrevistados fazem uso desses recursos. Entre as políticas de financiamentos merece destaque o PRONAF

(Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) e o crédito do PROAGRO (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária).

No que se refere a assistência técnica no assentamento Santa Júlia, verificou-se que os assentados recebem a maior parte da assistência da Coptec (Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos LTDA), poucos citam a Emater/RS (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e o INCRA, sendo que este é lembrado por oferecer alguns cursos, os quais, porém, não são assíduos. A grande maioria considera a assistência técnica recebida insuficiente. A principal responsável pela assistência técnica aos assentados, a Coptec, enfrenta dificuldades estruturais e financeiras devido ao descaso das instituições públicas responsáveis.

PROBLEMAS E PERSPECTIVAS DOS ASSENTADOS

Os assentados demonstraram que estão satisfeitos com o resultado se suas lutas, a medida que se (re)territorializaram reconquistaram a autoestima e a valorizar mais o que para eles são a maior riqueza: a terra e a família. Os entrevistados demonstram satisfação por ter lutado e conquistado a terra, o que é perceptível através do desejo de 100% deles em permanecer trabalhando na terra, no entanto, fazem referências a problemas ou fatores limitantes que poderiam se solucionados aumentar consideravelmente as possibilidades produtivas.

O desejo dos assentados é que seus filhos permaneçam trabalhando na terra, além de seguir com seus estudos, porém este desejo esbarra na divisão de lotes que, segundo eles já são pequenos. As famílias com mais de um filho já se preocupam com pouca quantidade de terras para dividir entre eles, e alguns afirmaram não saber como seus filhos terão acesso a terra, já outros dizem que seus filhos também ingressarão nos acampamentos do MST, para conquistar sua terra.

Os problemas mais citados pelos assentados no que se refere à produção são a falta de subsídios, devido ao alto custo dos insumos utilizados, assim como a pouca valorização dos produtos da agricultura familiar com o baixo valor pago aos produtores. Para minimizar esse problema eles reivindicam a ajuda para criação de agroindústrias, o que agregaria valor aos produtos produzidos no assentamento. Também citam a preocupação quanto ao pagamento dos financiamentos o que gera insegurança para outros financiamentos.

Problemas como a necessidade de mão-de-obra para a

produção familiar e a falta de máquinas também são lembrados, assim como uma política agrícola mais eficiente e a criação de seguros contra as adversidades climáticas e a constante necessidade de recuperação do solo.

Mas sem dúvida, o maior problema enfrentado pelos agricultores assentados é a falta de assistência técnica. Sem uma educação agrícola voltada ao desenvolvimento sustentável os assentados têm dificuldade em possibilidades produtivas que reduzam os custos de produção e garantam produtos de qualidade. Muitos dos assentados afirmaram que até gostariam de produzir de forma agroecológica, porém não sabem como fazer. A falta de técnicos agrícolas que atendam os assentamentos e de condições infraestruturais para seu trabalho, não é um problema somente nos assentamentos de Julio de Castilhos, e sim, de todo o estado, segundo informações de lideranças do assentamento. Nesse sentido, cabe lembrar que a reforma agrária prevê uma mudança na realidade produtiva das famílias assentadas, e prevê políticas públicas que garantam esses direitos.

De acordo com o coordenador do assentamento um dos principais projetos a ser realizado pela comunidade, além de aumentar a produção leiteira, é a introdução da piscicultura como atividade geradora de renda. Vários fatores são favoráveis à produção de peixes, como a disponibilidade de água e a maior parte dos assentados já possuir açude. O objetivo é construir uma cooperativa de produtores de peixes, porém dificuldades de assistência técnica e de organização estão dificultando a concretização do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como consequência da forma de ocupação do território brasileiro, que priorizou os latifúndios, e as desigualdades geradas pelo processo produtivo capitalista, a reforma agrária não se concretiza efetivamente enquanto política pública. Contudo, com o surgimento dos movimentos sociais de luta pela terra, em especial o MST, que lutam por uma reforma agrária, que permita o acesso a terra aos excluídos dos meios de produção, e que estes tenham a oportunidade de uma vida mais digna, ou seja a (re)territorialização, a reconquista da terra e da capacidade produtiva das famílias de agricultores sem terra.

Os assentamentos são uma conquista dos movimentos sociais que pressionam o Estado a realizar políticas públicas para a agricultura familiar. É o caso do Assentamento Santa Júlia, criado em 1999, que

proporciona aos assentados uma notável melhoria na qualidade de vida de suas famílias em comparação ao período anterior. Com uma unidade produtiva de aproximadamente 18 hectares, cada família pôde construir sua residência e obter seu sustento por meio do desenvolvimento de atividades agrícolas, as quais garantem a subsistência além da comercialização de seu excedente.

Entre as transformações ocorridas em suas vidas merecem destaque o acesso a educação de seus filhos, pois os assentados conquistaram uma escola dentro do próprio assentamento e, transporte público para aqueles que estudam nas escolas da cidade nas séries acima do quarto ano do ensino fundamental.

Também se ressalta a produção agrícola diversificada, destinada ao autoconsumo das próprias famílias, e a geração de renda principalmente através do leite. Com a melhoria significativa da renda as famílias possuem todos os eletrodomésticos necessários, além da aquisição de equipamentos para uma melhor comodidade, lazer e otimização da mão de obra familiar.

A implantação do Assentamento Santa Júlia transformou o espaço que antes era uma fazenda com baixos índices de produção, e ainda que de forma tímida, a organização produtiva do município, onde predominam as grandes e médias propriedades, muitas delas ociosas outras destinadas a produção de monoculturas como a soja. Atualmente 60 famílias vivem onde antes era uma propriedade improdutiva que pertencia a um único dono. Essas famílias tiveram uma melhoria na qualidade de vida proporcionada pela produção de alimentos, os quais também ajudam a alimentar as pessoas da cidade.

Contudo, apesar das dificuldades enfrentadas pelos assentados como a ineficiência e a insuficiência das políticas públicas, principalmente em relação à assistência técnica, a constituição de assentamentos, como parte relevante na luta pela reforma agrária, é responsável por importantes transformações socioespaciais, como observado no assentamento Santa Júlia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUM, A . J. Reforma agrária e política agrícola. Ijuí: Ed. Unijui,1988.
- CASQUETE, J. Política, cultura y movimientos sociales. Bilbao, Ed. Bakeaz,1998.
- FERNANDES, B. M. MST: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. A formação do MST no Brasil. São Paulo: Editora Vozes, 2000.
- GÓMEZ, G.R.; FLORES, J.G. E JIMÉNEZ, E.G. Metodología de investigactón cualitativa. Barcelona, Ediciones Aljibe, 1996.
- GORGEN, S. e STÉDILE, J. P. La lucha por la tierra en Brasil. Barcelona: Comité de apoio ao MST, 1998.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Disponível em <[http:// www.incra.org.br](http://www.incra.org.br)>. Acesso em 29 de setembro de 2008.
- MEDEIROS, L.S.de. Reforma Agrária no Brasil: História e Atualidade da Luta pela Terra. São Paulo, SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.
- OLIVEIRA, A. U. A Geografia das Lutas no Campo. São Paulo: Contexto; Edusp, 1988.
- SAMPAIO, P.A. A reforma agrária que nós esperamos do governo Lula. In: OLIVEIRA, A.U.; MARQUES, M.I.M.. (Org.) O Campo no século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004. p. 239 – 334.
- TEÓFILO, E. A Necessidade de uma Reforma Agrária Ampla e Participativa para o Brasil. São Paulo, SP: Ministério do desenvolvimento Agrário, Ed. Abaré, 2002.